

FINANÇAS

Dívida pública de janeiro ficou em 47,2% do PIB

VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA – Depois de cair por três meses consecutivos (outubro, novembro e dezembro do ano passado) a dívida líquida do setor público voltou a crescer em janeiro. O aumento, de R\$ 6,636 bilhões em comparação com dezembro fez a dívida atingir, no fim do mês de janeiro, R\$ 523,208 bilhões, equivalente a 47,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O ano passado terminou com a dívida em R\$ 516,572 bilhões, correspondente a 47% do PIB. Os números foram divulgados, ontem, pelo Banco Central (BC).

Segundo o chefe do departamento Econômico do BC (De-

pec), Altamir Lopes, a dívida cresceu por força de reconhecimento de “esqueletos” pelo governo e também pela apropriação de juros. O “esqueleto” reconhecido foi referente ao setor agrícola. A dívida antiga, ou seja, contraída pelo agricultor até 1995 foi renegociada pelo governo e, a cada ano, segundo um cronograma de emissões que vai até 2002, o Tesouro Nacional emite os títulos correspondentes. Em janeiro essa emissão foi de R\$ 3,130 bilhões.

Meta – Mesmo com a elevação de R\$ 6,636 bilhões, a primeira depois de vários meses, o Brasil conseguiu ficar dentro da meta indicativa projetada pelo governo no acordo com o Fundo Monetário

Internacional (FMI) sobre a trajetória da dívida. Na meta indicativa, a dívida poderia ter chegado, em janeiro, a R\$ 557,181 bilhões, o equivalente a 52,3% do PIB. Para março a meta indicativa é para uma dívida de R\$ 565,8 bilhões, ou correspondente a 47,8% do PIB.

Para Lopes, o que está acontecendo com a meta indicativa da dívida este ano é exatamente o oposto do que ocorreu em 1999. Quando projetou a meta indicativa para o ano passado, o governo brasileiro trabalhou com um câmbio médio de R\$ 1,75. Como o câmbio superou essa expectativa, o mesmo ocorreu com a meta.

O governo, no entanto, optou por não rever a trajetória da dívi-

da, uma vez que o não cumprimento de uma meta indicativa não acarreta qualquer restrição ao País.

Este ano, segundo o chefe do Depec, vem ocorrendo o oposto. A estimativa para a meta indicativa da dívida partiu de um câmbio de R\$ 1,98, por isso a enorme diferença entre o realizado e a margem

fornecida pela meta prevista no acordo com o FMI. Segundo Lopes, o governo brasileiro ainda não decidiu se vai rever a trajetória da dívida.

Mobiliária – No mês de fevereiro, a

dívida mobiliária federal fora do BC totalizou R\$ 434,644 bilhões, equivalente a 39% do PIB, uma elevação de R\$ 2,640 bilhões em comparação ao mês anterior. Lopes explicou que essa elevação só ocorreu pela apropriação de juros, no valor de R\$ 5,1 bilhões. Se a variação na dívida mobiliária fosse restrita à movimentação de pa-

péis, ou seja, compra e venda, ela teria caído. É que em fevereiro os resgates líquidos somaram R\$ 2,5 bilhões.

De acordo com os dados divulgados pelo BC, em fevereiro houve re-

dução da participação dos papéis indexados ao câmbio. Eles representavam 23,5% do total da dívida mobiliária em janeiro e passaram a representar 22,9% em fevereiro. Os papéis prefixados também aumentaram sua participação, passando de 9,9% para 10,9% do total da dívida mobiliária no mês. Já com relação aos papéis pós-fixados, a redução foi de 61,2% para 60,6%.

Em relação à duração média dos papéis, o BC informou que em fevereiro ela passou de 4,5 para cinco meses. Para essa elevação contribuiu a venda de títulos cambiais com prazo superior a três anos pelo BC no mercado, uma vez que os papéis oferecidos pelo Tesouro tinham prazo menor.

AUMENTOU
NÚMERO DE
PAPÉIS
PREFIXADOS